

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

#### ACTA NÚMERO 159/XII/ 4.ª SL

Aos 06 dias do mês de janeiro de 2015, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Informações.
- 2. Distribuição de iniciativas:
- Proposta de Resolução nº 104/XII/4ª "Aprova o Protocolo relativo à adesão da Comunidade Europeia à Convenção Internacional de Cooperação para a Segurança da Navegação Aérea Eurocontrol, de 13 de dezembro de 1960, consolidada pelo Protocolo de 27 de junho de 1997".(PS)
- 3. Apreciação de Pareceres:
- Proposta de Resolução nº 93/XII/4ª "Aprova o Sexto Protocolo Adicional ao Acordo Geral sobre os Privilégios e Imunidades do Conselho da Europa, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 5 de março de 1996".

Deputado Relator, José Lino Ramos (CDS/PP);

- Proposta de Resolução nº 95/XII/4ª - "Aprova o Acordo sobre Extradição Simplificada entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, o Reino de Espanha e a República Portuguesa, assinado em Santiago de Compostela em 3 de novembro de 2010".

Deputado Relator, Carlos Páscoa Gonçalves (PSD).

4. Apresentação e apreciação do Relatório da Participação da Assembleia da República na V Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD) - 5 a 7 de novembro de 2014, Roma.

Deputado António Rodrigues (PSD) / Deputado Paulo Pisco (PS).

5. Outros assuntos.

		 _
1.	Informações.	

O Sr. Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, deu início à reunião, começando por informar que se encontra agendada reunião com o Observatório da Emigração para o



## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS ACTA NÚMERO 159/XII/ 4.ª SL

próximo dia 7 de Janeiro, pelas 12:00, no quadro da Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, Proteção à Família e Fomento à Natalidade. Sobre o mesmo assunto, a reunião com o Embaixador de França em Portugal, organizada pela Comissão da Segurança Social e do Trabalho foi agendada para o próximo dia 21 de janeiro, quarta-feira, às 11:00. Informou ainda que a Vice-Presidente Frederica Mogherini vem a Portugal e manifestou a disponibilidade para reunir na Assembleia da República, com representantes desta e de outras comissões parlamentares, no próximo dia 17 de fevereiro, à tarde. Dado que coincide com a data e hora propostos para a audição regimental do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros irá ser solicitada a indicação de nova data.

## 2. Distribuição de iniciativas:

- Proposta de Resolução nº 104/XII/4ª - "Aprova o Protocolo relativo à adesão da Comunidade Europeia à Convenção Internacional de Cooperação para a Segurança da Navegação Aérea Eurocontrol, de 13 de dezembro de 1960, consolidada pelo Protocolo de 27 de junho de 1997".

Cabendo ao grupo parlamentar do PS a indicação de Deputado/a para elaborar o parecer o Sr. Deputado Paulo Pisco disse que o fará após a reunião.

- 3. Apreciação de Pareceres:
- Proposta de Resolução nº 93/XII/4ª "Aprova o Sexto Protocolo Adicional ao Acordo Geral sobre os Privilégios e Imunidades do Conselho da Europa, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 5 de março de 1996".

O Sr. Deputado José Lino Ramos (CDS/PP) apresentou de forma sucinta o parecer, começando por referir que o Protocolo n.º 11 à Convenção de Salvaguarda dos Direitos do Homem e Liberdades Fundamentais foi assinado por Portugal, em 1994, com vista a restruturar os mecanismos de controlo da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, permutando, a título permanente, a Comissão e o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH) por um único Tribunal. Esta transformação tornou necessário a definição dos privilégios e imunidades conferidos aos juízes do TEDH no desempenho independente das suas funções, pelo que foi considerado essencial adaptar-se e firmar-se, num texto único, o Quarto e Quinto Protocolos ao



# COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS ACTA NÚMERO 159/XII/ 4.ª SL

Acordo Geral sobre os Privilégios e Imunidades do Conselho da Europa (AGPICE). Concluiu a apresentação considerando que estava em condições de ser votada no Plenário.

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do BE:

- Proposta de Resolução nº 95/XII/4ª - "Aprova o Acordo sobre Extradição Simplificada entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, o Reino de Espanha e a República Portuguesa, assinado em Santiago de Compostela em 3 de novembro de 2010".

O Sr. Deputado Carlos Páscoa Gonçalves (PSD) apresentou o parecer, começando por dizer que o Governo, na exposição de motivos, refere que Portugal tem vindo a reforçar a cooperação judiciária internacional em matéria penal com a Argentina, o Brasil e a Espanha, visando aprofundar os mecanismos de luta coordenada contra a criminalidade transfronteiriça e a impunidade. Foi neste quadro que os governos destes países assinaram em 2010 um Acordo sobre Extradição Simplificada, ficando aberto à adesão de outros países membros da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos. Apresentou de forma detalhada o articulado do Acordo, considerando que permite o aprofundamento dos mecanismos de luta contra a criminalidade transfronteiriça e a impunidade. Concluiu referindo que era favorável ao conteúdo, forma e oportunidade desta iniciativa que cria condições reais de combate à impunidade e ao adiamento sem sentido, do cumprimento de penas através da redução de dificuldades e simplificação de regras.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) felicitou o Sr. Deputado Relator e salientou a importância deste instrumento e a sua oportunidade.

A Sr.ª Deputada Maria de Belém (PS) saudou o Sr. Deputado Relator e mencionou que esta iniciativa baixou a esta Comissão com conexão à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias que entendeu não se pronunciar, no entanto, este parecer aborda todas as questões pertinentes em termos de direito



## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS ACTA NÚMERO 159/XII/ 4.ª SL

constitucional. Mencionou ainda o facto de este Acordo ter sido assinado pelo Sr. Deputado Alberto Martins, na qualidade de Ministro da Justiça.

Submetido a votação foi aprovado com os votos a favor do PSD, PS, CDS-PP e BE e a abstenção do PCP.

4. Apresentação e apreciação do Relatório da Participação da Assembleia da República na V Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD) - 5 a 7 de novembro de 2014, Roma.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) apresentou o Relatório relativo à V Conferência Interparlamentar sobre a PESC/PCSD que contou com a participação de todos os Parlamentos nacionais da UE, do Parlamento Europeu e dos Parlamentos dos países candidatos. Na véspera da Conferência, reuniram-se os Chefes de Delegação dos países do sul, tendo neste fórum manifestando a sua preocupação com a situação dos imigrantes que viajam clandestinamente no Mediterrânio, considerando premente passar das palavras aos atos quanto à expressão da solidariedade por parte dos Estados-Membros da UE. Mencionou de seguida os vários pontos da agenda da Conferência e os temas tratados nos diversos grupos de trabalho, destacando a participação de membros da delegação da Assembleia da República. Destacou a qualidade das intervenções de uma maneira geral, tendo salientado o discurso da Alta Representante, Federica Mogherini, que traçou as perspetivas da UE na área da política externa e a intervenção foi particularmente feliz porque vinha de um conjunto de viagens relevantes em sede de política externa. É uma conferência em que se entrecruzam matérias de defesa, de segurança, de política externa, pelo que também foi abordado o conflito na Ucrânia e a importância de se dotar a Europa de meios seguros e da necessidade de se autonomizar de outros centros de poder. Concluiu referindo que a UE tem de representar um bloco político relevante em termos mundiais.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) disse que havia uma grande expetativa quanto à Alta Representante, que não foi defraudada. Salientou o facto de ter uma atitude muito



## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

## ACTA NÚMERO 159/XII/ 4.ª SL

diferente da anterior, designadamente no diz respeito ao relacionamento com os parlamentos nacionais. Destacou o painel em que participou, sobre as relações UE-África em que os maiores desafios são a natureza e a eficácia da cooperação.

O Sr. Presidente agradeceu a apresentação e o Relatório e informou a Comissão que iria diligenciar mais uma vez junto do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros para que enviasse informação relativa aos Embaixadores nomeados para novo posto, antes da sua colocação, para que a Comissão retome a prática das audições.

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 16:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 02 fevereiro 2015.

O PRESIDENTE

(SÉRGIO SOUSA PINTO)



## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 159/XII/ 4.ª SL

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins

Carina Oliveira

Carla Cruz

Carlos Alberto Gonçalves

Carlos Páscoa Gonçalves

Celeste Correia

Feliciano Barreiras Duarte

Helena Pinto

Maria de Belém Roseira

Maria Ester Vargas

Maria Gabriela Canavilhas

Maria João Ávila

Maria José Moreno

Mário Magalhães

Nuno Magalhães

Paulo Pisco

Ricardo Baptista Leite

Sérgio Sousa Pinto

Ângela Guerra

António Rodrigues

José Lino Ramos

Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Filipe Lobo D' Ávila Glória Araújo Maria Manuela Tender

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: